



Cidade Cor de Rosa

Cidade inclusiva a partir de códigos urbanísticos ancestrais reconfigurados pelas favelas

Cesar Barros Atikum

FA_ULisboa - Universidade de Lisboa, Portugal

c.barros@edu.ulisboa.pt

Resumo

A pesquisa de doutoramento em curso integra uma abordagem histórica das práticas socioespaciais, da forma urbana e dos padrões normativos nas cidades brasileiras, com foco no Recife, considerando os códigos urbanísticos ancestrais reconfigurados pelas favelas. Apresenta-se aqui um recorte da investigação referente à análise da morfologia urbana da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) Brasília Teimosa, situada na cidade do Recife, no Brasil. Trata-se de uma comunidade com uma riqueza significativa nas formas de construção e ocupação do território, similar a outros assentamentos autoproduzidos do Recife, com potencial para estabelecer novos padrões urbanísticos. A metodologia seguida é fundamentada nos princípios de Caniggia e Panerai para a análise tipomorfológica, com ênfase no estudo da ocupação e volumetria. Mostra os tipos predominantes que serão articulados com as práticas cotidianas e os códigos das ZEIS, em estudo, como alternativa para estruturar futuras legislações, misturando padrões urbanísticos da favela e da cidade burguesa.

Palavras-chave: Brasília Teimosa, ZEIS, tipomorfologia, legislação.

Eixo temático: 1. Cidade e Projeto.

Tópico: Morfologia Urbana.

Abstract

The ongoing doctoral research integrates a historical approach to socio-spatial practices, urban form and normative patterns in Brazilian cities, with a focus on Recife, considering ancestral urban codes reconfigured by favelas. Here is presented an excerpt from the investigation referring to the analysis of the urban morphology of the ZEIS (Special Social Interest Zone) Brasília Teimosa, located in the city of Recife, in Brazil. It is a community with significant richness in the forms of construction and occupation of the territory, similar to other self-produced settlements in Recife, with the potential to establish new urban standards. The methodology followed is based on the principles of Caniggia and Panerai for typomorphological analysis, with emphasis on the study of occupation and volumetry. It shows the predominant types that will be articulated with everyday practices and ZEIS codes, under study, as an alternative to structure future legislation, mixing urban patterns of the favela and the bourgeois city.

Keywords: Brasília Teimosa, ZEIS, typomorphology, legislation.

Thematic clusters: 1. City and Project.

Topic: Urban Morphology

1. Introdução

A cidade do Recife, assim como a maioria das metrópoles brasileiras, foi forjado sobre base colonizadora, escravocrata e discriminatória, gerando territórios excludentes e segregadores, de hegemonia burguesa, em contraste com o universo popular, constituído por áreas autoproduzidas, decorrentes de processos migratórios do campo para a cidade. As migrações remontam ao período colonial, sendo quase sempre resultantes da expulsão das populações indígenas das suas terras, fugas da escravidão, ou do encantamento pelas cidades na busca por melhores oportunidades.

Ao chegarem nos centros urbanos, fragilizados e sem condições de sustento, são marginalizados em um universo até então desconhecido. A dificuldade de inserção ao contexto local leva a ocupação de áreas, na sua maioria, inadequadas para moradia. Iniciam um processo de autoprodução, a partir das práticas ancestrais, oriundas das aldeias e quilombolas, originando as favelas e outros tipos de territórios periurbanos. Esses territórios distintos são diferenciados pela maior ou menor presença do Estado, no que diz respeito à normatização e serviços públicos.

Pouco se sabe sobre o contingente de indígenas e quilombolas residentes em áreas urbanas no Brasil, muito menos nas aglomerações autoproduzidas. Essa população, antes rural e agora periurbana, carrega costumes que são revistos e adaptados enquanto forma de ocupação, convivência e construção de um novo lugar. Essa carga cultural é transmitida através, de códigos que estruturam suas práticas socioespaciais, tipomorfologia e padrões urbanísticos próprios.

As áreas urbanas burguesas das cidades são marcadas por outros processos de consolidação. A tipomorfologia associada à verticalização, assim como os condomínios que não dialogam com a cidade envolvente, entre outros aspectos que são contrários aos conceitos de uma qualidade de vida urbana humanizada.

“Quando nos deparamos com as grandes cidades brasileiras hoje, comprometidas pela falta de infraestrutura, conflagradas por inaceitáveis disparidades sociais, assustadas pela violência e sacrificadas cada vez mais por estacionamentos, muros, guaritas e anúncios, somos levados, equivocadamente, a colocar em dúvida a grandiosidade dessa invenção” (MOREIRA, 2022: 18).

O planejamento oficial prioriza a cidade burguesa, ignorando os códigos urbanísticos destes assentamentos populares, gerando fronteiras socioespaciais entre a cidade legal e os fragmentos autoproduzidos. Enquanto isso, os códigos ancestrais são reconfigurados pelas favelas e dialogam enfaticamente com os pressupostos dos paradigmas contemporâneos de cidades inclusivas, exigindo outro olhar para essa ambiência urbana. Considera-se que a compreensão das práticas espaciais, bem como da tipologia e morfologia urbana, permitirá identificar possibilidades urbanísticas que potencializem a integração desses territórios limítrofes, a partir de padrões urbanos híbridos.

“Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014: 30).

Ao se questionar os conceitos de “cidade ideal” com forma urbana e identidades imutáveis, alerta-se para a coexistência de “cidades imprevisíveis”, considerando os fragmentos urbanos que formam a diversidade das áreas da cidade. A cidade contemporânea é um espaço em transformação, marcado pela superposição de intervenções ao longo do tempo. O controle da sua forma urbana precisa ser revisto numa perspectiva plural, gerando outras vivências.

“Ao mesmo tempo em que se tenta controlar o universo urbano, existe uma realidade marcada pela perda de controle da sociedade disciplinar, onde a pluralidade de pensamentos cria outras formas de vivência nas cidades” (SCHULZ, 2008: 42).

A cidade vivencia um processo permanente de transformação no decorrer da sua história, seguindo variáveis correlacionadas por semelhanças ou distinções. Os estudos da forma urbana norteiam uma diagnose sobre a produção do espaço e seus códigos urbanísticos específicos. A forma urbana é moldada pelas práticas socioespaciais, geradoras de padrões urbanísticos, correspondentes às vivências no território.

“A forma base deve ser entendida como a estrutura interior de uma forma ou como princípio que contém a possibilidade de infinitas variações formais e modificações estruturais do tipo” (ARGAN, 2006: 270).

Os códigos urbanísticos dos assentamentos populares autoproduzidos, como a favela, possuem diferenças explícitas em relação aos padrões da legislação oficial. Essas distinções acabam por definir novos parâmetros, fruto das suas dinâmicas específicas de parcelamento e ocupação do solo. Vale ressaltar a sobreposição e justaposição das referências de ocupação do território, onde em muitos casos, as intervenções realizadas nas favelas, tem como referência os padrões normativos da cidade burguesa.

“A representação espacial reflete estes aspectos que, por um lado, dizem respeito à apropriação de referências +públicas, como forma de integração na estrutura da cidade. Por outro, dizem respeito à manutenção de referências particularizadas, como remanescentes das redes de sociabilidade que representaram interesses de segmentos da comunidade” (BOTLER, 1994: 38).

De acordo com Montaner (2009), uma série de paradigmas do pensamento pós-estruturalista e da nova ciência, como os fractais, as dobras, os rizomas, permitem ver, interpretar e projetar dentro da complexidade do mundo contemporâneo, explorando outras lógicas que se aproximam dos fenômenos do caos e dos processos de mutação. O desenho da cidade é neste contexto composto pela sobreposição de várias estruturas morfológicas e de seus códigos, gerando padrões híbridos.

Esta pesquisa busca responder a questões do planejamento e gestão urbana das metrópoles em sua dualidade: (i) por que predomina no Brasil o conceito de cidade ocidental, sobre outros modelos de cidades antigas? (ii) até quando o modelo de *zoning* do urbanismo moderno de Le Corbusier continuará se impondo e alimentando as legislações urbanas brasileiras? Pretende-se identificar as possibilidades de mistura socioespacial nas metrópoles contemporâneas e coexistência de novos padrões híbridos de regulação associados a antigos formatos normativos, numa outra possibilidade de redesenhar a cidade do Recife.

O objetivo da pesquisa de doutoramento em que se insere esta apresentação é elaborar um Modelo de Legislação que tenha como premissas os códigos e padrões urbanísticos das favelas, como ferramenta para construção de uma cidade inclusiva. Aborda-se como caso de estudo a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) de Brasília Teimosa, no Recife, e seu entorno imediato, constituído por ZRs (Zonas Residenciais). Uma área de contradições socioespaciais e tipomorfológicas, rica em subsídios para uma investigação urbanística.

Com base nas perspectivas de Caniggia e Panerai, será utilizado ferramentas de análise para identificação das interfaces entre tipologia e morfologia urbana e suas contribuições para a compreensão da paisagem. Por meio de uma abordagem histórica das práticas socioespaciais, da tipomorfologia e dos padrões normativos, busca-se alternativa de novas perspectivas para diretrizes normativas urbanas.

A hipótese que orienta a pesquisa é que a aplicação de uma Legislação elaborada a partir da mistura de padrões urbanísticos, oriundos da cidade burguesa, mas também dos assentamentos populares rurais e urbanos, pode contribuir para mitigar a segregação socioespacial das cidades brasileiras e especificamente do Recife. Ou seja, defende-se que ao constituir uma legislação com base nas premissas populares de referências ancestrais, podem-se construir cidades mais diversas, inclusivas e socialmente justas. Segundo Lefebvre (2001) a cidade detém ordem e desordem urbanas, onde “[...] a desordem varrerá a ordem, da qual ela é expressão, para criar uma nova ordem” (LEFEBVRE, 2001: 26).

As características dos códigos urbanísticos específicos de Brasília Teimosa, serão analisadas tendo a legislação oficial como referência e buscando compreender a sua resultante morfológica, decorrente das práticas socioespaciais que podem ser sistematizadas e organizadas juridicamente. Uma legislação onde os

parâmetros predominantes na favela sejam considerados, que também busca a integração das comunidades carentes à estrutura da cidade burguesa, para contribuir na redução das diferenças entre o assentamento autoproduzido e a cidade urbanizada.

A forma urbana, um dos três pilares da investigação, é aqui apresentada como recorte. Os códigos urbanísticos de relevância nas favelas da cidade do Recife, com relação à forma urbana, serão identificados por meio da interpretação tipo-morfológica, fazendo posteriormente o comparativo entre outras comunidades autoproduzidas e algumas aldeias e quilombolas de Pernambuco. Pretende-se classificá-los e sistematizá-los, construindo uma matriz de padrões urbanísticos híbridos, para montagem de cenários possíveis, coexistindo novos padrões de regulação e antigos formatos normativos tradicionais.

Usando como base a maquete eletrônica de Brasília Teimosa e seu entorno, será desenvolvida as modelagens, envolvendo áreas ZEIS e ZRs. Isso possibilitará a visualização de diversos cenários possíveis, permitindo perceber os resultados positivos e negativos da mistura de padrões urbanísticos. Um exercício visto como necessário, na expectativa de contribuir com novas perspectivas para o futuro do Recife e cidades afins.

2. Morfologia Urbana

Entende-se que a forma das cidades não pode ser vista apenas pelo viés formal, mas também como resultante das práticas socioespaciais e das relações humanas que a modelam conforme as suas vivências. A morfologia urbana tem retratada a transformação das cidades, através das suas paisagens construídas e em constante processo de sobreposição das suas camadas temporais. Dessa forma, a sistematização e hierarquização dos elementos de um determinado contexto estudado é um instrumento fundamental na montagem de análises tipomorfológicas.

Na década de 1950 foram feitos estudos da forma urbana na Itália por Saverio Muratori, que iniciou vários processos metodológicos referentes à estrutura urbana e edilícia (Muratori, 1963: 126). Via a cidade como um organismo em processo permanente de mutação. Considerava ser fundamental partir da reconstrução da evolução histórica das cidades para se fazer a sua caracterização, a partir dos precedentes culturais presentes na sua arquitetura.

Muratori entende o tipo como um produto histórico que se transforma, considerando as especificidades territoriais e temporais. Considerando o tipo como resultante de um momento anterior, as transformações arquitetônicas conduzindo a novos tipos e os edifícios como componentes fundamentais da cidade, o autor desenvolve um método descritivo e historiográfico para analisar a cidade a partir dos “tipos” edilícios. O objetivo dos estudos realizados por Muratori era perceber o “nexo estrutural” sobre em que é baseada a existência de uma cidade, em sua transformação temporal. (Muratori, 1959: 97).

Muratori considerou o processo tipológico como o motor da formação da cidade, sendo estruturante para o projeto arquitetônico e urbanístico. Os tipos com as características formais e estruturais refletem os contextos territoriais e socioculturais específicos. Como referiu Panerai, “Muratori orienta seu ensino para o duplo objetivo de evitar a ruptura entre a disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas e de recolocar a arquitetura (e a crise da arquitetura) no contexto da crise urbana” (PANERAI, 2006:122).

2.1. A contribuição de Caniggia

Gianfranco Caniggia retomou e simplificou o método de Muratori, investigando os processos históricos basilares das transformações, através de uma leitura prática do ambiente construído. Possibilitou uma análise dos elementos morfológicos da cidade, a partir da sua evolução e mutações, bem como a compreensão das relações que se estabelecem com o entorno. (CANIGGIA, 1995). Caniggia criticou a hegemonia do projeto arquitetônico, defendendo que o exercício projetual considerasse as especificidades locais, a partir do estudo das tipologias, numa abordagem integrada com as pré-existências, do objeto construído à cidade.

O esquema metodológico de análise tipomorfológica desenvolvido por Caniggia compreende a cidade, a partir dos processos relacionados à sua morfogênese. Quanto às relações dos elementos, considera a “copresença” como uma correlação espacial e a “derivação” como uma correlação temporal. A copresença abrange as relações espaciais entre os objetos edílicos enquanto na derivação o objeto arquitetônico é criado, adaptando-se às culturais locais, gerando uma variante do tipo base.

Tanto os conceitos de Muratori como a metodologia de análise tipo-morfológica proposta por Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Maffei, foram desenvolvidos a partir de estudos realizados em cidades históricas. De conformações orgânicas, edificadas com técnicas vernaculares e marcadas por séculos de transformações que levaram às suas formas atuais, nessas cidades usaram o tipo como instrumento de catalogação e classificação.

A metodologia de Caniggia possibilita analisar sinteticamente os processos de origem e mutação tipológica, incorporando as várias dimensões da cidade, decompondo suas partes, constituindo uma síntese da evolução tipológica das cidades a partir dos seus elementos e estruturas, bem como a sua hierarquização histórica.

2.2. A contribuição de Panerai

Da contraposição ao Movimento Moderno, surgem também na França novas abordagens quanto ao estudo da forma urbana, investigando a realidade a partir do desenho das cidades e do entendimento das práticas socioespaciais. Esta abordagem exercita o pensamento crítico sobre as camadas tipológicas superpostas no decorrer da história. A análise das características do ambiente urbano, permite compreender as dinâmicas da cidade e definir diretrizes para a sua transformação.

Philippe Panerai, influenciado por Muratori, viu a necessidade de situar o tipo no tecido urbano e o tecido na estrutura urbana. Para ele, “algumas convenções espaciais determinam relações de correspondências entre, ornamentos e usos do edifício, e estas definem os tipos, alguns estáveis e consagrados pela história, mesmo quando sujeitos às reinterpretações locais” (PANERAI, 2006: 54). O tipo é visto como um conjunto de características sistematizadas dos vários elementos urbanos observados.

Panerai, define duas noções: o “tipo consagrado” (*type consacré*) como referência de um período específico, considerando características como sua adaptação ao grupo social a que se destina, a forma e o valor simbólico e o “arquétipo” um modelo idealizado que estrutura a derivação de outros tipos. Para o autor, o processo metodológico desenvolve-se em quatro etapas: (1) o corpus; (2) a classificação prévia; (3) o desenvolvimento dos tipos; (3) as tipologias.

Estes diversos autores contrapõem-se à visão mecanicista e homogeneizadora do movimento moderno e compreendem os contextos urbanos a partir das suas especificidades. A nossa pesquisa empírica, aproveita-se das abordagens de Caniggia e Panerai: o primeiro quanto à definição de uma hierarquia que pode ser lida como referências ao edificado e à cidade; o segundo na forma de inventariar os elementos existentes no território, destacando as especificidades e os critérios de classificação que irão estruturar a definição dos tipos.

3. Cidade ZEIS

No início do XX, ocorreram várias intervenções na cidade do Recife, transformando a sua morfologia urbana colonial, visando a sua modernização e a solução dos conflitos urbanos, na busca de uma cidade ordenada. Os primeiros assentamentos autoproduzidos na cidade do Recife se deram com os mocambos, ocupando áreas ribeirinhas sob forte represália do Estado, na década de 1940. Josué de Castro, citado por LIRA (1997) apresenta uma outra orientação discursiva e poética do mocambo:

“Zonas dos mangues, dos mocambos, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados — dos vencidos. Zona dos mocambos. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas-de-flandres” (Josué de Castro, Documentário do Nordeste, 1968).

Posteriormente, na década de 1980 do século XX, alguns assentamentos autoproduzidos do Recife foram reconhecidos como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), estabelecendo um novo modelo de garantia de permanência das comunidades precárias, centrais e periféricas, nos territórios que tinham ocupado. (CONDEPE/FIDEM, 2006). Isso transformou significativamente o tecido urbano do Recife, que passou a contemplar oficialmente ZEIS e ZRs como unidades vizinhas. As ZEIS no mapa da cidade do Recife são demarcadas na cor rosa, fragmentando o tecido urbanizado no zoneamento da cidade. A cada dia se torna mais perceptível a consolidação das áreas cor de rosa por toda a cidade e Região Metropolitana.

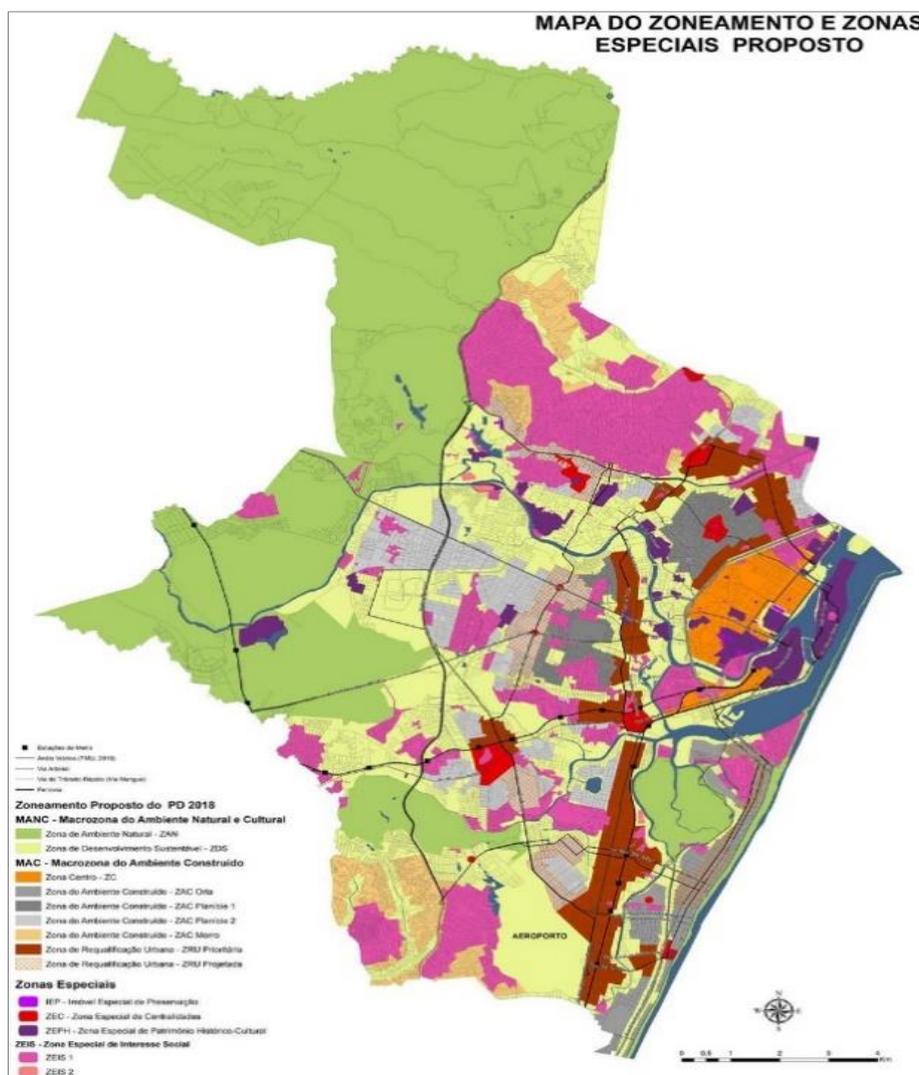


Fig.01- Mapa do Zoneamento e Zonas Especiais proposto – Fonte: Plano Diretor - Prefeitura do Recife – 2018

Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, houve um aumento significativo de ZEIS, previstas nos Planos Diretores de várias cidades brasileiras como forma de integração à cidade legal. Ao ser reconhecido como ZEIS, o assentamento passa a ser regulado pela legislação oficial, como situação de excepcionalidade. Até então, o Recife apresentava uma configuração similar à de outras metrópoles, com a burguesia ocupando as áreas centrais e os pobres as periferias.

3.1. Estudo de caso - Brasília Teimosa

O assentamento de Brasília Teimosa ocupa uma península de forma triangular, entre o Oceano Atlântico e a Bacia do Pina. Até a década de 1930, limitava-se a área até então conhecida como Areal ocupada pela Colônia de Pescadores - Z1. A ampliação do seu território é resultante de sucessivos aterros, entre eles as obras de implantação do parque de inflamáveis do Porto do Recife.

O processo de ocupação do Areal Novo aconteceu nos anos de 1950, gerando um conflito fundiário de repercussão nacional, coincidindo com o período de construção de Brasília, futura capital do Brasil, dando o nome de Brasília Teimosa ao assentamento. Nos anos de 1990 foram viabilizadas mais três outras áreas para ocupação em Brasília Teimosa: a Vila da Prata, implantada na área restante do Areal Novo (1980), a Vila Moacir Gomes (1982) e a Vila Teimosinho (1980/1990).

Inicialmente, a Colônia Z1 era composta por pequenas casas térreas, muitas de madeira, com raros exemplares que resistem até os dias atuais. Uma ocupação de traçado orgânico, ainda hoje marcada pela presença de becos e vielas. Essas casas sofreram expansões ou substituições ao longo dos anos, num significativo processo de verticalização do assentamento, acelerado na última década.

Nos anos que sucederam à expansão do seu território, a prefeitura do Recife realizou alguns processos de reassentamentos. Foram definidos quarteirões parcelados em lotes de 8mx15 m e 8mx18m, sendo doados 3 lotes por associado da Colônia Z1, o que originou as variações atuais. O traçado ortogonal não evitou a sobreposição de outras referências construtivas de caráter mais espontâneo.



Fig.02 – Planta de áreas construídas e vazias no assentamento, com destaque para as etapas de ocupação – Fonte: Autor e Angelo Silva

Em seguida foram doados lotes menores de 6mx10m (60m²) com casas construídas de 5mx7m (35m²), com sala, 2 quartos, banheiro, cozinha e quintal, e um afastamento de 1m gerando um corredor de 7mx1m e quintal de 3mx6m(18m²). O quadro ilustrativo a seguir ressalta a casa padrão doada pela Prefeitura que foi sofrendo alterações ao longo do tempo.



Fig. 03 - Lote de 60m² e casa de 35m². Fonte: Sandra Guimarães

¹ Todos os desenhos e ilustrações foram resultantes de levantamentos desenvolvidos no âmbito da pesquisa.

4. Metodologia proposta

A análise tipo-morfológica de Brasília Teimosa, visa mostrar que é possível definir um processo que evidencie a existência de vínculos formativos, bem como revelar as camadas culturais existentes na sua evolução histórica. Mostra-se que no decorrer desse processo, modelos edilícios são incorporados pela população, que se reproduzem na construção do território e são inseridos na sua dinâmica de transformação.

O método se desenvolve em diferentes escalas de leitura, partindo de um edifício isolado até a forma urbana consolidada. O estudo de caso, busca reconhecer os padrões recorrentes e vínculos formais, bem como possíveis relações de derivação, reconstruindo o processo tipo-morfológico, identificando os códigos da cultura edilícia local. Optou-se por analisar uma amostra de edificações das cinco áreas que compõem o território de Brasília Teimosa (Colônia Z1, Areal Novo, Vila da Prata, Vila Moacir Gomes e Vila Teimosinho), constituindo as séries. Entendendo o quarteirão como elemento estruturador da malha urbana, foram analisadas as relações entre as edificações, para identificar um processo tipo-morfológico comum as suas fases de ocupação e “vínculos formativos”.

Levantaram-se as edificações existentes em cada uma das áreas, as quais foram analisadas de acordo com suas dimensões, ao nível dos quatro indicadores seguintes: afastamentos, coeficiente de utilização, taxa de ocupação do solo e número de pisos. Com base nesta análise, identificaram-se as formas edilícias recorrentes e os tipos, a partir de um levantamento minucioso ao longo das áreas analisadas, separando por grupos morfológicos e respectivos tipos. As leituras das séries e tipos ao longo dos quarteirões, permitem identificar as semelhanças e possíveis derivações existentes entre as amostras.

4.1. Parâmetros urbanísticos

Com exceções, os parâmetros urbanísticos básicos das Leis de Uso do Solo e Planos Diretores das cidades brasileiras são: afastamentos, coeficiente de utilização, taxa de ocupação e número de pisos, razão pela qual foram selecionados estes quatro itens como recorte analítico. Com outros aspectos socioespaciais também analisados na tese, são vistos como suficiente para definir diretrizes normativas para futuras legislações.

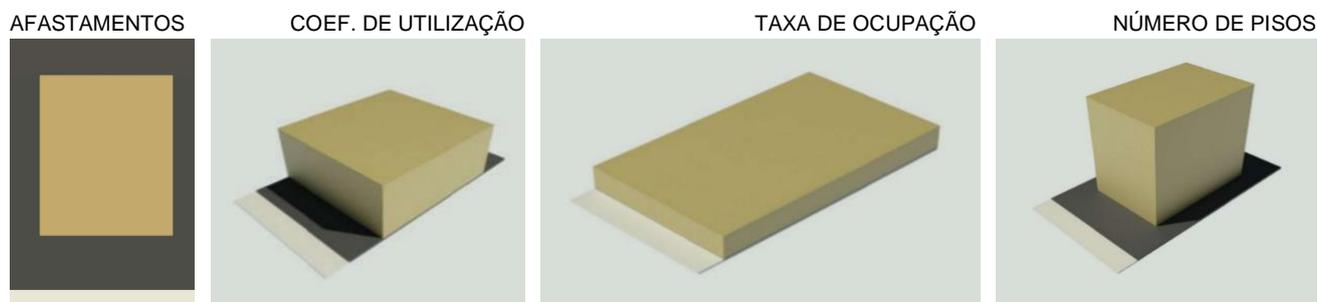


Fig.04 - Esquemas representativos dos parâmetros urbanísticos estudados. Fonte: Sandra Guimarães

4.1.1. Ocupação

Uma matriz georreferenciada permite analisar com precisão o parcelamento e o formato das quadras. A análise isolada de cada área revela os pormenores dos lotes com mais e menos adensamento (recuos, taxa de ocupação do lote e coeficiente de utilização). Pode-se compreender detalhadamente o percentual de ocupação dos edifícios nos lotes (parcial ou total), possibilitando o entendimento da ocupação dos quarteirões em cada fase da consolidação do assentamento.



Fig. 05 - Planta Geral do assentamento, mostrando a ocupação parcial e total dos lotes. Fonte: Autor e Angelo Silva

● Ocupação parcial do lote ● Ocupação total do lote

4.1.2. Volumetria

Elaboraram-se plantas e perfis que possibilitaram a análise individualizada das edificações, conforme o número de pisos, analisando o gabarito médio, suas aberturas e determinados elementos em construções de destaque. A verticalização se espalha por todo o assentamento, em função do incremento familiar e chegada de novos imigrantes, destacando -se as áreas da beira-mar e beira rio, fruto de suas vistas privilegiadas.

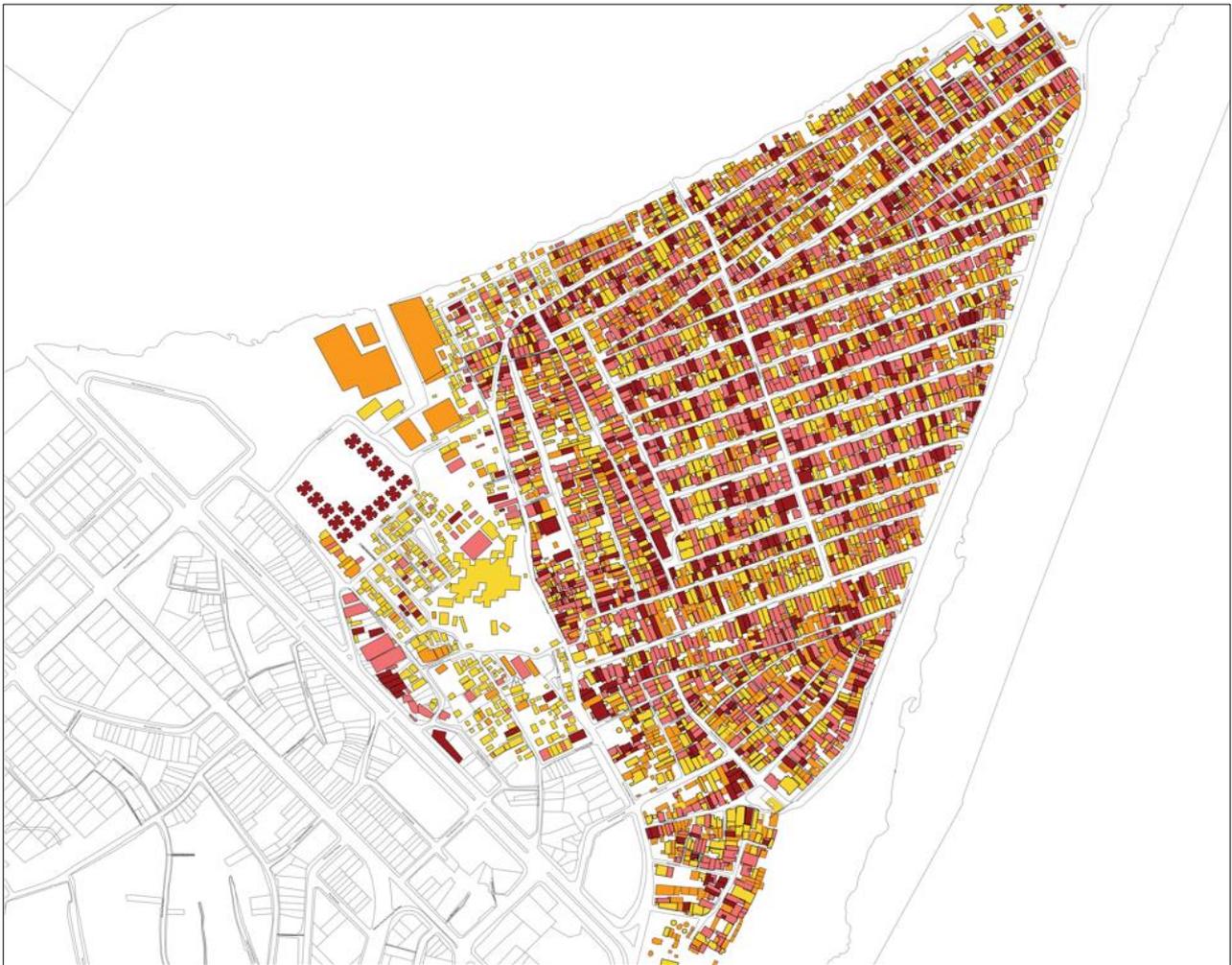


Fig.06 - Planta Geral do assentamento, mostrando as edificações e o números de pisos. Fonte: Autor e Angelo Silva



Fig.07 - Fragmentação da Planta Geral do assentamento, de acordo com o número de pisos. Fonte: Autor e Angelo Silva

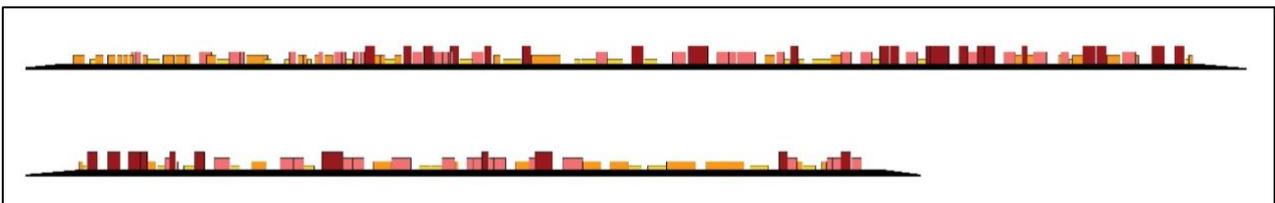


Fig.08 - Exemplo de perfil da rua Arabaiana com número de pisos das edificações. Fonte: Angelo Silva

4.2. Classificação

Foram inventariados mais de 4.000 imóveis, registrando-se seu número de pisos e percentual de ocupação no lote. Num acervo de 3.000 imagens com registros de cada edificação, separou-se um conjunto de 500 para selecionar os grupos e a definição dos tipos predominantes, segundo as correlações e derivações em cada área do assentamento.



Fig. 09 - Grupo de edificações com um (um) piso. Fotos: Autor

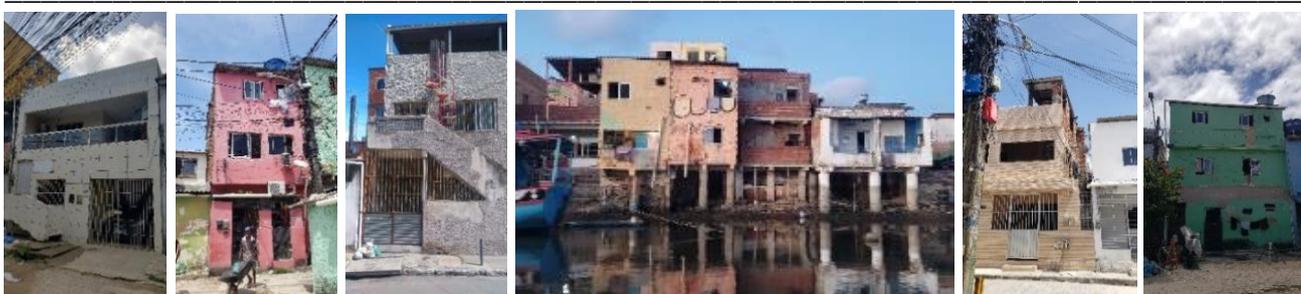


Fig. 10 - Grupo de edificações com um 2(dois) pisos. Fotos: Autor



Fig. 11 - Grupo de edificações com mais de 3(três) pisos. Fotos: Autor

A Colônia Z1 apresenta uma frequência de baixa altura, com predominância de edificações com dois e três pisos. Incluindo a faixa de praia, o Areal novo é a área mais verticalizada e adensada de Brasília Teimosa, com predominância de quatro pisos e ocorrências isoladas mais recentes de cinco e sete pisos. A Vila da Prata, área remanescente do conjunto habitacional construído pela prefeitura, encontra-se atualmente com todas as edificações alteradas, com predominância de um e dois pisos. Na Vila Moacir Gomes, planejada pela prefeitura com acesso ao rio, predomina edifícios de três pisos com casos isolados de quatro e cinco pisos. A Vila Teimosinho, área mais recente de ocupação, é dominada por edificações com dois e três pisos, destacando-se por ser o local com maior concentração de áreas verdes.

4.2.1. Lotes

Os quarteirões são constituídos na sua maioria de lotes com tamanhos de 6mx10m, 8mx15m e 8mx18m. Estipulou-se o módulo de 3mx3m (9m²) como facilitador no processo de catalogação e análise da verticalização. O terreno originário, com testada de 6m, sofreu variações de seus múltiplos, para divisão em dois com testadas de 3m ou ampliações com testadas de 9m e 12m. Existem poucos casos com mais de 12m de testada, inibidas pela proibição do remembramento prevista nas diretrizes normativas das ZEIS.

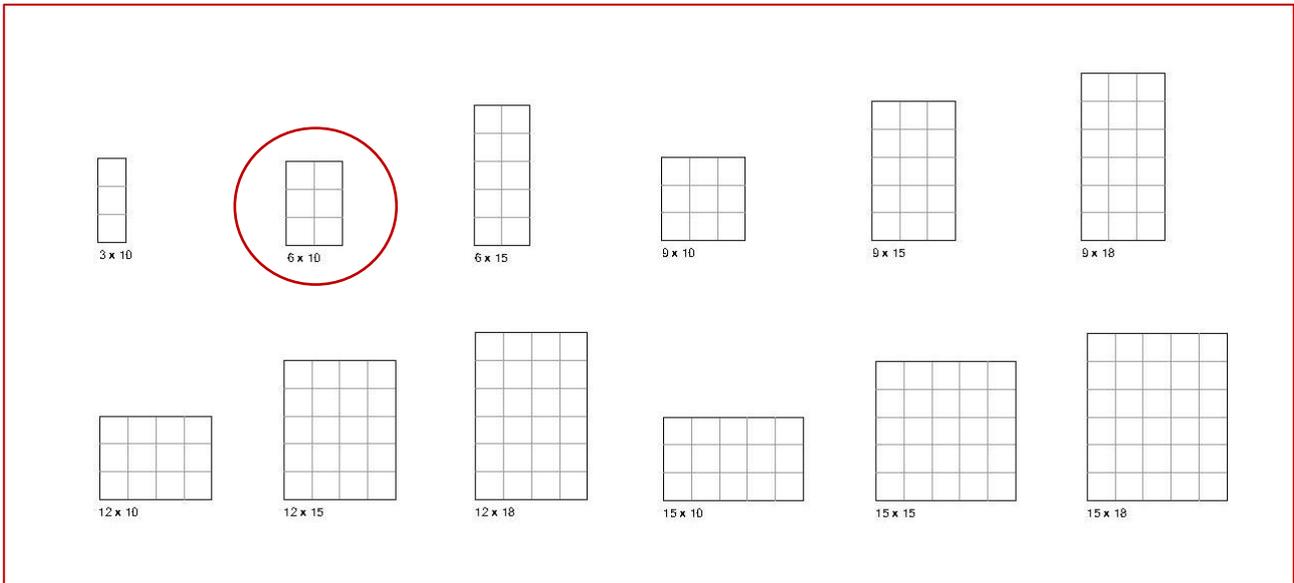


Fig.12 - Seleção dos grupos de lotes, a partir do lote de 6m x 10m e suas variações. Fonte: Autor

4.2.2. Número de Pisos

Ao se analisar a verticalização de Brasília Teimosa, percebe-se uma dinâmica permanente, resultante do incremento familiar, fruto de novas migrações. Um elemento de destaque é a escada de acesso aos pisos superiores construídas na área externa das habitações, possibilitando independência ao novo piso, geralmente ocupados por parentes. O “Terraço Capixaba” localizado no último piso, também é recorrente em todo o território, espaço de uso coletivo gerado para absorver atividades de serviços e lazer.

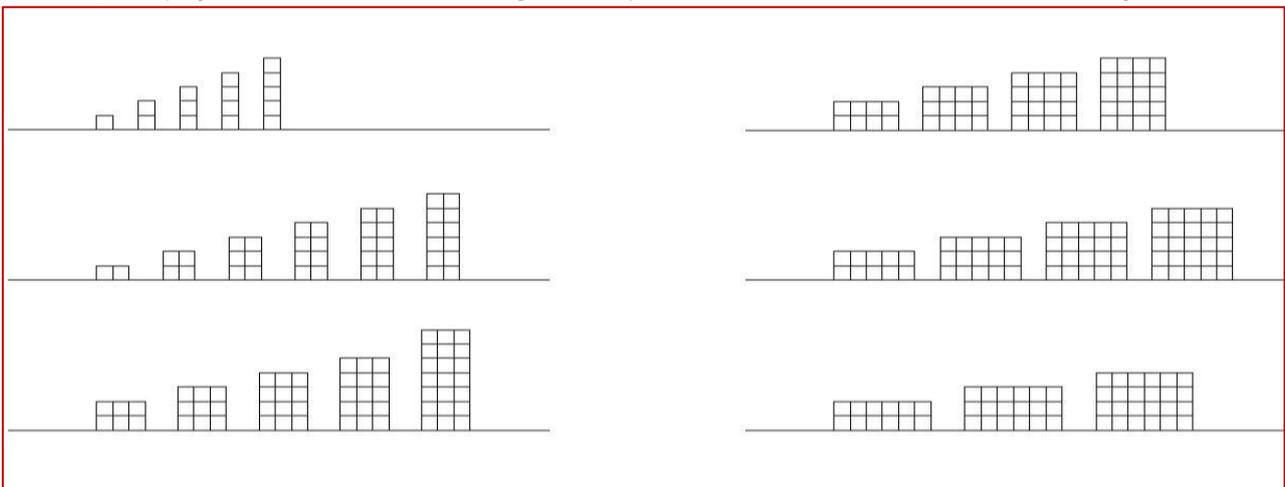


Fig.13 - Seleção dos grupos de número de pisos, tendo como referência as testadas dos lotes. Fonte: Autor

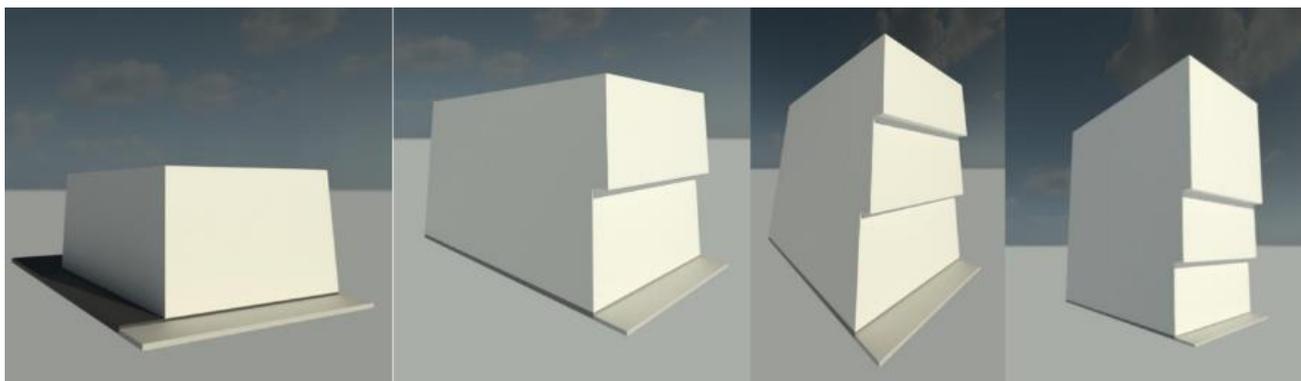


Fig. 14 - Volumetrias predominantes no território (1, 2, 3,4 pisos respectivamente.) Fonte: Sandra Guimarães

As volumetrias predominantes são: um piso, oriunda das casas doadas pela Prefeitura; dois pisos, com o piso superior avançando 0.50m na calçada; três pisos, com o terceiro piso avançando 1,00m na calçada e quatro pisos e exceções com cinco, seis e até sete pisos.

4.2.3. Matriz Analítica

RUA/PAR.	1 PISO	2 PISOS	3 PISOS	4 PISOS	4 P+	O. P.	O.T.	QUANT.
ARABAIANA	2n+8p	15n+14p	14n+15p	8n+10p	1n+4p	15%	85%	91U
MARLIN	6n+2p	19n+11p	19n+17p	11n+13p	2n+4p	10%	90%	104U
ATUM	5n+3p	9n+18p	23n+14p	12n+10p	3n+4p	5%	95%	101U
ESTRELA DO MAR	7n+4p	12n+8p	16n+11p	9n+18p	4n+3p	10%	90%	92U

Fig. 15 – Tabela com recorte da Matriz Analítica composta pelos dados levantados em campo. Fonte: Autor

Todas as ruas foram mapeadas e levantados os dados referentes a cada edificação, ajudando no processo de contagens das unidades com localização nascente(n) e poente(p) de cada logradouro, assim como a projeção das edificações nos lotes, com os percentuais de Ocupação Parcial (O.P.) e Ocupação Total (O.T.).

5. Resultados

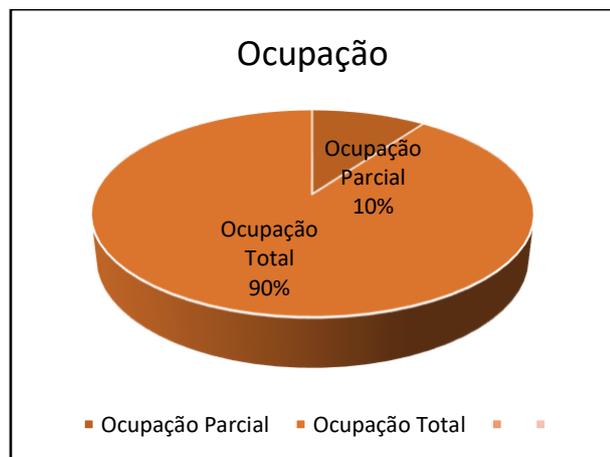


Fig. 16 – Gráfico de análise da ocupação. Fonte: Autor

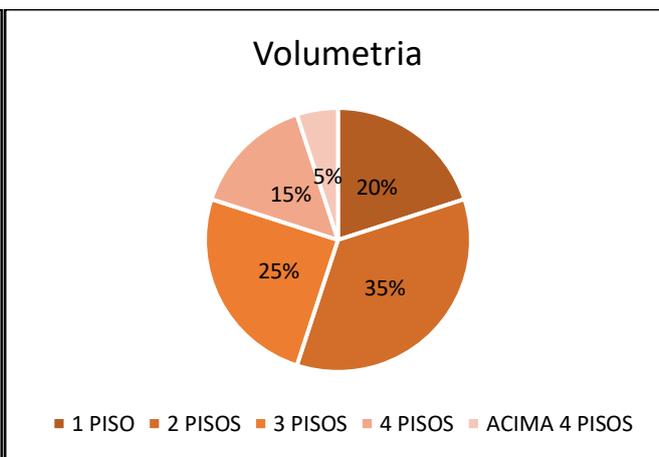


Fig. 14 – Gráfico de análise da volumetria. Fonte: Autor

Sistematizadas as informações levantadas dos elementos estudados quanto à ocupação e volumetria, pode-se determinar os tipos que mais se relacionam

5.1. Tipos

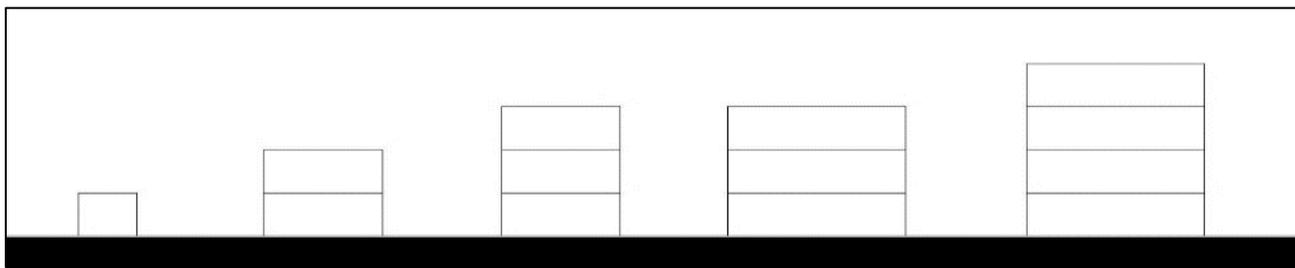


Fig. 17 - Esquemas representativos dos tipos identificados. Fonte: Autor

Percebe-se a existência de uma identidade morfológica muito forte entre estas áreas, desde o “tipo base” das casas doadas pela prefeitura, passando pelas expansões e verticalização maciça, até os exemplares mais recentes, com alguns casos raros de extrapolação da média de quatro pisos, predominante em toda a comunidade. A partir das análises das amostras podemos identificar os tipos que mais se repetem nos grupos selecionados (1 piso, 2 pisos, 3 pisos e 4 pisos).

5.2. Indicadores

	AFASTAMENTOS	COEFICIENTE	TAXA DE OCUPAÇÃO	NUMERO DE PISOS
OCUPAÇÃO	<i>Ausência de afastamentos na maioria dos imóveis</i>		<i>Predominância de ocupação total</i>	
VOLUMETRIA		<i>CU = 4 a CU = 7</i>		<i>3 e 4 pisos</i>

Fig. 18 – Tabela com quadro síntese dos indicadores. Fonte: Autor

Percebe-se a ausência de afastamentos na maioria dos imóveis e consequente predominância de ocupação total dos lotes. Os coeficientes de utilização variam de 4(quatro) a 7(sete) com predominância de três e quatro pisos. Com a definição dos tipos predominantes quanto à ocupação e volumetria, pode-se atribuir indicadores para afastamentos, percentuais construtivo e de ocupação e número de pisos, norteados futuras modelagens.

Considerações Finais

Conforme as definições recorrentes sobre morfologia urbana, a noção de “tipo” em arquitetura oscila entre uma ideia de natureza estrutural e o de um objeto material, replicável. A primeira aborda teoricamente como essência da arquitetura e a segunda como suporte ao exercício projetual. Sendo assim, a forma da cidade não pode ser compreendida exclusivamente por suas tipologias edílicas, mas como um conjunto de ações refletidas nas construções e história do lugar, numa abordagem integrada do território.

Por isso, a complementaridade desta pesquisa se dará pelas análises das práticas cotidianas em Brasília Teimosa, entendendo as suas origens migratórias, rede de parentesco, vizinhança e códigos urbanísticos específicos, comparando com amostras de outras áreas ZEIS e algumas aldeias indígenas e quilombolas na Região Metropolitana e no Estado de Pernambuco. Dessa forma, verifica-se a sustentação da tese quanto à relação entre os códigos urbanísticos das aldeias e favelas, bem como esclarece sobre a força dos seus padrões como indicadores normativos.

Este recorte tipomorfológico sobre a forma urbana de Brasília Teimosa será cruzado com as variáveis socioespaciais que complementam a caracterização edílica do seu território, também estudadas na tese. Com os elementos analisados e a elaboração de uma matriz analítica sintética, é possível extrair vários dados, gráficos e tabelas. A análise tipomorfológica é aqui vista como um instrumento que busca compreender o contexto a partir da interface entre o edificado, a sua ocupação e a paisagem.

Este processo de decodificação da forma urbana pode ser usado para subsidiar futuras orientações de projetos arquitetônicos e urbanísticos, bem como de gestão. A determinação dos tipos predominantes quanto à ocupação e volumetria, possibilitou a definição de indicadores para afastamentos, taxa de ocupação, percentual construtivo e número de pisos. Estes indicadores aqui apresentados, serão articulados com a análise em curso das práticas socioespaciais e da legislação urbanística, para estruturar uma matriz normativa para a cidade do Recife, composta por padrões híbridos.

As favelas podem remeter à desordem e falta de segurança, mas possuem condições socioespaciais com uma potência valiosa para essa mistura. Pretende-se construir cenários diversos que simulem trechos com o uso dos padrões estabelecidos pela legislação em vigor e trechos onde absorva os códigos ancestrais, entre outras derivações. Visa refletir sobre como essa fusão de padrões pode contribuir para a construção de cidades inclusivas e redução da segregação socioespacial.

Referências

- ARGAN, G. C. (2006). Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBITT, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica*. São Paulo: Cosac Naify.
- BOTLER, M. (1994). *O universo além das muralhas*. Mestrado. Recife: MDU-UFPE.
- CASTRO, J. (1967). *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense.
- CONDEPE/FIDEM. (2020). *PDUI-Plano Diretor Urbano Integrado - Diagnóstico Consolidado*. Recife: FIDEM
- CANIGGIA, G., Maffei, G. L. (2001). *Interpreting Basic Building: Architectural Composition and Building Typology*. Firenze: Alinea.
- CANIGGIA, G., MAFFEI, G. L. (1995). *Tipologia de la edificación: estructura del espacio antropico*. Madrid: Celeste.
- LIRA, J.T. C. (1997). *Mocambo e Cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Doutorado. São Paulo: FAU-USP.
- HARVEY, D. (2013). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MONTANER, J. M. (2009). *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: G. Gili.
- MOREIRA, F. D. et al. (2022). Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura. Recife: Cepe.
- MURATORI, S. (1963). *Architettura e civiltà in crisi Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica*.
- MURATORI, S. (1959). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Instituto Poligraphico dello Stato.
- LEFEBVRE, H. (2001). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- PANERAI, P. (2006). *Análise urbana*. Brasília: Editora UNB.
- RECIFE, PREFEITURA. (2016). *Atlas das infraestruturas públicas das Comunidades de Interesse Social do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife.
- SCHULZ, S. H. (2008). *Estéticas urbanas: da pólis grega à metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: LTC.